



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL DE
VALE DE CAMBRA**

FICHA TÉCNICA

Título

Plano de Desenvolvimento Social de Vale de Cambra

Entidade promotora



Câmara Municipal de Vale de Cambra

Av. Camilo Tavares de Matos, nº 19

3730 - 901 Vale de Cambra

<https://www.cm-valedecambra.pt/>

Documento elaborado por



Rua Altino Coelho, 650 5º esquerdo

4470-180 – Maia

<https://bizfuture.pt/>

Colaboração

Rede social de Vale de Cambra

Data da versão

Dezembro de 2023

ÍNDICE GERAL

Índice Geral	3
1. Introdução.....	4
1.1. Nota introdutória	4
1.2. Sumário executivo	4
1.3. Metodologia	5
2. Rede Social do Concelho de Vale de Cambra.....	6
2.1. Enquadramento Legal	6
2.2. Áreas de atuação.....	6
3. Síntese Diagnóstica	6
3.1. Saúde mental e comportamentos aditivos	7
3.2. Envelhecimento	8
3.3. Inclusão.....	9
3.4. Infância e juventude.....	9
3.5. Habitação.....	10
3.6. Coesão social	11
4. Eixos Estratégicos para a Intervenção Social.....	12
4.1. Eixo 1 - Trabalho em Rede.....	12
4.2. Eixo 2 – Saúde mental e comportamentos aditivos	13
4.3. Eixo 3 – Envelhecimento	15
4.4. Eixo 4 – Inclusão	17
4.5. Eixo 5 – Infância e Juventude	19
4.6. Eixo 6 – Habitação.....	21
4.7. Eixo 7 – Coesão Social.....	22
5. Implementação do Plano de Desenvolvimento Social de Vale de Cambra.....	24
5.1. Avaliação e monitorização.....	25
6. Considerações Finais	25

1. INTRODUÇÃO

1.1. Nota introdutória

Ao longo dos anos, a perceção acerca da necessidade de integração e concertação de respostas sociais numa ótica de otimização dos recursos existentes, tem vindo a aumentar, o que contribui de forma responsável para a uma maior visibilidade de certos problemas, e consequentemente para a promoção da consciência da responsabilidade para uma intervenção sobre nos mesmos, tendo por objetivo a sua resolução.

A Rede Social de Vale de Cambra, enquanto recurso multidisciplinar, é reconhecida pelo seu planeamento estratégico e aprofundamento continuado que tem vindo a fazer em torno de uma cultura de trabalho em parceria, envolvendo a globalidade das instituições sociais com intervenção no território. São objetivos estratégicos da Rede Social:

- Contribuir para a erradicação ou atenuação da pobreza e da exclusão social;
- Promover a melhoria da qualidade de vida de todos os residentes no Concelho, estimulando a coesão e o desenvolvimento local.

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) fundamenta-se na carta social elaborada, e no diagnóstico social participado. Reconhecida a indiscutível importância do Diagnóstico Social e sua idoneidade na avaliação e aprofundamento do conhecimento sobre a realidade social do concelho, este servirá de base à elaboração de documentos estratégicos e ao estudo das causas e efeitos das principais problemáticas identificadas.

Sendo assim, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), torna-se no instrumento fulcral, para que seja possível englobar todas as entidades parceiras como um documento estruturante das suas atividades nos próximos anos. Trata-se por isso de um processo ativo e participado que exige obrigatoriamente constante atualização, que acompanha o quotidiano social e suas dinâmicas, bem como a sua evolução. Isto acaba por potencializar o indispensável ajustamento do trabalho desenvolvido pelas várias entidades com responsabilidade na área social.

Na sua vertente estratégica o PDS define um conjunto de princípios orientadores e estabelece finalidades e objetivos que, a partir daqui importará concretizar em ações. O PDS vem assim auxiliar para o crescimento e estabilidade dos projetos locais, que em conjugação com o trabalho em rede entre organizações e sua gestão eficiente, contribuem para que se forme uma resposta potencialmente eficaz na resolução dos principais problemas identificados.

1.2. Sumário executivo

O presente plano, que tem por base a informação obtida através dos inquéritos remetidos às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou equiparadas do concelho, no âmbito da elaboração do diagnóstico social e deste plano, pretende dar a conhecer os principais eixos de intervenção, que darão resposta aos principais problemas identificados pelos parceiros sociais. Este instrumento é por definição, um documento negociado entre os entre os diversos atores locais, das áreas de intervenção social prioritárias para o território, que se espera de fácil

consulta e acesso e que apresente claramente objetivos, metas, ações a desenvolver, parcerias, indicadores e recursos a alocar.

1.3. Metodologia

A execução deste plano, foi possível, após recolha de informações quantitativas e qualitativas e no seu conseqüente tratamento, interpretação e análise. Na tabela abaixo assinalam-se as várias etapas metodológicas que contribuíram para a conclusão deste estudo.

Tabela 1 | Metodologia de construção do Plano de Desenvolvimento Social de Vale de Cambra

FASE	DESCRIÇÃO METODOLÓGICA
FASE 1	Definição da estratégia de concetualização do Plano de Desenvolvimento Social de Vale de Cambra
FASE 2	Construção do diagnóstico social de Vale de Cambra
FASE 3	Envio dos inquéritos para os parceiros da Rede Social de Vale de Cambra
FASE 4	Receção das respostas aos inquéritos dos parceiros da Rede Social de Vale de Cambra
FASE 5	Desenvolvimento do capítulo das perceções dos parceiros sociais e conseqüente identificação dos principais problemas existentes
FASE 6	Construção da Carta Social
FASE 7	Realização de um <i>Focus Group</i> com as entidades com intervenção na área social, com o objetivo de discutir os principais problemas identificados e apresentação de soluções por eixo estratégico
FASE 8	Construção do Plano de Desenvolvimento Social de Vale de Cambra
FASE 9	Submissão do Plano de Desenvolvimento Social de Vale de Cambra ao CLAS para validação e aprovação

Das conclusões retiradas quer do Focus Group, quer do Diagnóstico Social, complementadas com os contributos e recomendações das entidades com intervenção na área social (através do preenchimento do inquérito) e conjugadas com documentos nacionais e locais estratégicos emanaram os “Eixos Estratégicos” (EEs), que se pretendem orientadores do desenvolvimento social de Vale de Cambra. Para cada um deles foi apresentada uma análise SWOT, bem como uma tabela síntese com medidas concretas que contribuirão para a mitigação do constrangimento/problema identificado. A informação produzida foi organizada segundo uma matriz de prioridades, tendo em conta a importância da sua execução para o desenvolvimento social local (definida pelos parceiros sociais) e os recursos existentes no território para esta finalidade.

Importa referir que este Plano de Desenvolvimento Social, aplica-se mediante a realidade atual do concelho de Vale de Cambra, sendo necessário assegurar que o mesmo, é alvo de futuras atualizações.

2. REDE SOCIAL DO CONCELHO DE VALE DE CAMBRA

2.1. Enquadramento Legal

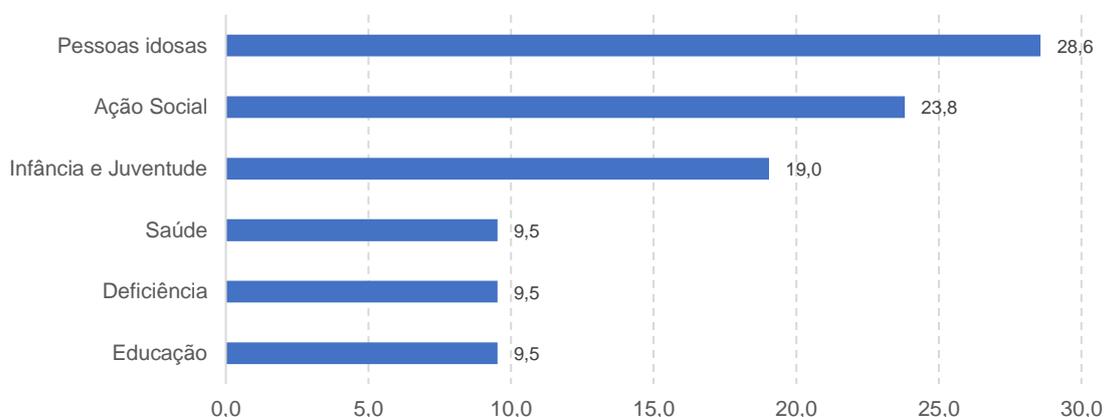
A Rede Social do Concelho de Vale de Cambra, encontra-se materializada através do Conselho Local de Ação Social e pelo respetivo Núcleo Executivo. O Conselho Local de Ação Social de Vale de Cambra (CLAS) foi constituído nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197 de 18 de novembro de 1997 e de acordo com as alterações introduzidas quer pela Declaração de Retificação n.º 10-0/98, quer pelo Decreto-Lei 115/2006 de 14 de junho.

A Rede Social é presidida pela Vereadora da Câmara Municipal de Vale de Cambra, com responsabilidade pelo pelouro da ação social, e tem como objetivo, o trabalho de parceria alargada, efetiva e dinâmica que visa o planeamento estratégico e articulação da intervenção social local.

2.2. Áreas de atuação

No que respeita às áreas de intervenção, a maioria das entidades parceiras desenvolve a sua ação na área das “Pessoas Idosas” e na área da “ação social” (28,6% e 23,8% respetivamente). A terceira área com maior representatividade é a infância e juventude com 19,0%. As áreas da saúde, da educação e da deficiência, representam 9,5% respetivamente.

Gráfico 1 | Respostas sociais por área de atuação (%)



3. SÍNTESE DIAGNÓSTICA

A atualização do Diagnóstico Social do concelho de Vale de Cambra, possibilitou uma melhor compreensão da realidade social, uma vez que, com a identificação de problemas e necessidades prioritárias, bem como das suas causalidades, foi possível reconhecer as potencialidades locais que se podem traduzir em oportunidades de desenvolvimento. No entanto, é relevante refletir sobre a resposta das entidades aos desafios identificados, e em específico no apoio social aos grupos mais vulneráveis.

Nesta síntese diagnóstica iremos listar para cada eixo prioritário identificado, uma breve contextualização, onde se incluem a informação de caracterização, e ainda o resumo dos principais problemas e necessidades.

3.1. Saúde mental e comportamentos aditivos

De acordo com as previsões da Organização Mundial da Saúde, em 2030, as perturbações por depressão deverão ser a principal causa da carga global com doenças. Os resultados do primeiro estudo epidemiológico nacional sobre saúde mental, realizado pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, relata que Portugal é um caso único, no espaço europeu, no que toca à prevalência de perturbações mentais, uma vez que o segundo país da Europa com a mais elevada prevalência de perturbações psiquiátricas (22,9%). Mesmo sabendo da existência de inúmeras iniciativas de sensibilização para o tema da saúde mental, Portugal carrega ainda o peso de décadas em que este esteve envolto em preconceitos, mitos e desinformação. Assim sendo, torna-se imperativo olhar para este tema com um enfoque especial. Apesar da inexistência de dados concretos para o município, relativos à problemática das doenças relacionadas com a saúde mental, verifica-se que existem certos fatores que podem contribuir para o seu aumento, nomeadamente, o elevado índice de envelhecimento (264.2). No âmbito da Saúde Mental na ARS Norte, destaca-se que a depressão foi identificada como um dos cinco principais problemas de saúde da população residente na região. No ano de 2021, a proporção de utentes no ACES de Aveiro Norte, com diagnóstico ativo de perturbações depressivas era de 10,4%.

Já no que respeita aos comportamentos aditivos, é de realçar que 14,8% dos utentes inscritos no ACES de Aveiro Norte tem diagnóstico ativo de um destes problemas (abuso de tabaco, de drogas ou abuso crónico do álcool).

Esta problemática torna-se ainda mais relevante, uma vez que, mesmo para os utentes que possuem um médico de família atribuído, enfrentam alguma dificuldade em conseguir marcar uma consulta em tempo útil, o que pode condicionar a rapidez no encaminhamento para os cuidados diferenciados, especialmente quando lidam com perturbações depressivas ou comportamentos aditivos não diagnosticados.

Problemas e necessidades identificadas no âmbito do eixo “Saúde mental e comportamentos aditivos” e respetivos indicadores associados:

a) Dificuldade de acesso de pessoas com doença mental a respostas adequadas às suas necessidades:

- As respostas sociais são insuficientes, face às necessidades existentes;
- Cuidadores formais e informais sem formação e conhecimento específico ao nível da saúde mental;
- Dificuldade de adaptação das respostas convencionais a pessoas com problemas de saúde mental;
- Falta de recursos humanos especializados no cuidar da pessoa com doença mental.

b) Comportamentos aditivos

- Proporção de utentes com diagnóstico de comportamentos aditivos elevada.

c) Comunidade pouco sensibilizada e informada para a problemática da saúde mental e dos comportamentos aditivos:

- Existência de estereótipos e preconceitos;
- Insuficiente investimento em ações de prevenção.

3.2. Envelhecimento

Nas últimas duas décadas, o número de pessoas residentes no concelho de Vale de Cambra com idade igual ou superior a 65 anos tem vindo a aumentar gradualmente, bem como a sua representatividade face à totalidade da população. Em 2021, residiam no concelho 5 994 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, que representava 28,2% da população residente. O aumento populacional das pessoas idosas tem-se refletido de forma mais acentuada no grupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 75 anos. No período compreendido entre 2011 e 2021 o número de pessoas com 75 e mais anos, residentes no concelho, aumentou 37,6%. A prevalência de doenças crónicas e as situações de dependência tendem a aumentar com a idade. Este aumento significativo de pessoas mais velhas, apesar de tudo, poderá apresentar-se como um desafio no que respeita aos cuidados de saúde e sociais.

Relativamente aos índices de envelhecimento e de dependência de idosos, estes valores também têm aumentado de forma gradual desde 2011. De acordo com os Censos 2021, residiam no município aproximadamente 46 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). No mesmo ano, por cada 100 crianças e jovens (até aos 14 anos) residiam aproximadamente 264 idosos. Este valor é largamente superior ao registado para a Área Metropolitana do Porto, e para Portugal, refletindo uma tendência acentuada de envelhecimento da população residente.

Problemas e necessidades identificadas no âmbito do eixo “Envelhecimento” e respetivos indicadores associados:

a) População idosa sem acesso adequado às respostas sociais:

- Acesso a cuidados inadequados por parte de pessoas idosas, diagnosticadas com demência ou em situação de dependência crónica;
- Falta de suporte familiar;
- Insuficiência de vagas em resposta social: ERPI;
- Sobrecarga e falta de formação técnica dos cuidadores informais.

b) Isolamento social das pessoas idosas:

- Falta de programas locais específicos de apoio;
- Fragilidade da rede de transportes públicos;
- Rede de apoio familiar e social insuficiente.

3.3. Inclusão

Em 2021 residiam em Vale de Cambra, 3 953 pessoas com pelo menos uma dificuldade, o que representava 18,5% da população residente. A maioria dos indivíduos que reportou ter pelo menos uma dificuldade era do sexo feminino (54,3%), ou com idade igual ou superior a 50 anos (55,9%). É importante destacar que, 373 crianças e jovens (até aos 19 anos) reportaram ter pelo menos uma dificuldade, as quais representavam 9,4% do total. A maioria dos indivíduos com dificuldade, referiram que esta estava relacionada com a visão, com a memória / concentração (ex.: ter muita dificuldade em se concentrar ou se recordar), ou com a mobilidade (ex.: ter muita dificuldade em andar e subir degraus).

Relativamente à incapacidade, verifica-se que a maior parte destas pessoas depende de outros para tomar banho ou vestir-se (522 indivíduos) e ainda para andar ou subir degraus (332 indivíduos).

Da totalidade de pessoas que reportaram ter pelo menos uma dificuldade, 493 encontram-se a cargo da família. Este é um dado importante a ter em consideração no âmbito do apoio aos cuidadores informais e à sobrecarga a que estes estão sujeitos.

Problemas e necessidades identificadas no âmbito do eixo “Inclusão” e respetivos indicadores associados:

a) Pessoas com deficiência ou incapacidade com dificuldade no acesso às respostas sociais adequadas:

- Escassez de vagas nas respostas existentes para as necessidades atuais;
- Insuficiência de recursos humanos nas equipas de intervenção para a Inclusão.

b) Pessoas com deficiência ou incapacidade ainda são alvo de estigma e discriminação:

- Barreiras arquitetónicas existentes nos edifícios e na via pública;
- Falta de conhecimento da comunidade maioritária sobre as dificuldades e capacidades da população com deficiência;
- Inexistência de informação disponível acessível às diferentes deficiências (braille, língua gestual, entre outras).

c) Inserção socioprofissional:

- Discriminação sentida pela população com deficiência ou incapacidade no que respeita ao mercado de trabalho.

3.4. Infância e juventude

Nas últimas duas décadas, o número de pessoas residentes no concelho de Vale de Cambra com idade igual ou inferior a 19 anos tem vindo a diminuir de forma gradual, bem como a sua representatividade face à totalidade da população. Em 2021, residiam no concelho 3 235 pessoas com idade igual ou inferior a 19 anos, que representava 15,0% da população residente. Este decréscimo do número de jovens, vai de encontro à tendência que se verifica com o número de nascimentos registados, uma vez que desde o ano de 2014 que o número de nados vivos tem vindo a diminuir (total de 122 em 2021). Em média, nasceram 7 crianças por cada 1000 habitantes em 2020. Apesar disso, a taxa de ocupação das creches encontra-se nos 100%.

No que respeita o número de alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário, Vale de Cambra, à semelhança do que também se verificou com a população residente, assinalou-se uma diminuição gradual entre 2011 e 2021. Por outro lado, e apesar da diminuição do número de jovens no concelho, verifica-se que a taxa de retenção e desistência no ensino básico tem vindo a decrescer.

Relativamente ao índice de dependência de jovens, estes valores também têm diminuído de forma gradual desde 2011. De acordo com os Censos 2021, residiam no município aproximadamente 17 jovens por cada 100 pessoas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Este valor é inferior ao registado para a Área Metropolitana do Porto, e para Portugal, refletindo uma tendência acentuada de diminuição dos jovens e conseqüente envelhecimento da população residente.

Problemas e necessidades identificadas no âmbito do eixo “Infância e juventude” e respetivos indicadores associados:

a) Crianças sem acesso às respostas sociais adequadas às suas necessidades:

- Escassez de vagas nas respostas existentes para as necessidades atuais e com lista de espera longa;
- Número insuficiente de respostas sociais para crianças com necessidades especiais.

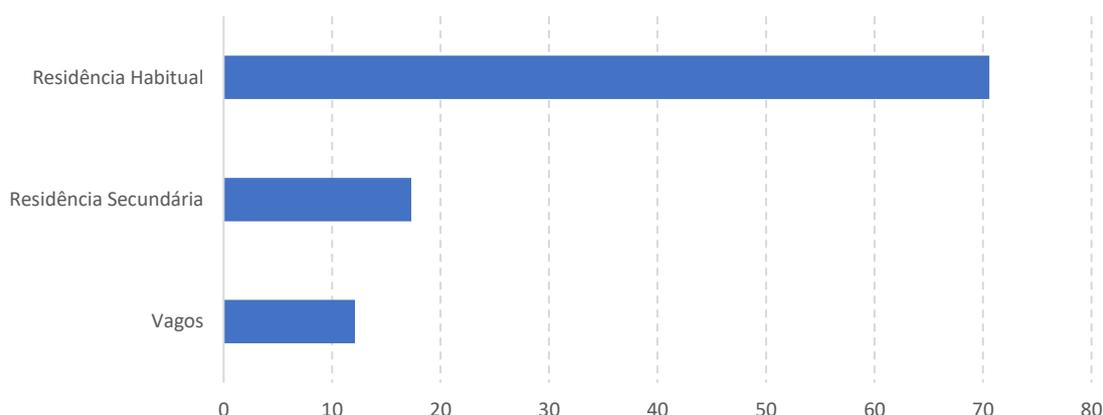
b) Famílias pouco sensibilizadas e informadas para as problemáticas ou comportamentos de risco dos jovens:

- Insuficiente investimento em ações de prevenção.

3.5. Habitação

De acordo com os dados dos Censos 2021, os edifícios no concelho de Vale de Cambra, caracterizam-se por serem maioritariamente para uso residencial e habitual (70,6%).

Gráfico 2 | Alojamentos familiares clássicos e respetiva ocupação (%)



No que diz respeito ao regime de ocupação dos alojamentos de residência habitual do município, regista-se que o número daqueles com proprietário ocupante é largamente superior ao número

de alojamentos ocupados por arrendatário (13,9%), situação que se verifica em todas as freguesias do concelho.

Os dados revelam ainda que 20,3% dos edifícios existentes em Vale de Cambra, são anteriores ao ano de 1960. Apenas 16,7% dos edifícios foram construídos ou reabilitados no século XXI. Analisando estes registos por freguesia, verifica-se que a situação é ainda mais preocupante na União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, onde 89% do total do edificado, é anterior ao ano 2000.

Outro fator determinante, tem sido o constante aumento do valor médio das rendas, verificado no período compreendido entre 2017 e 2021 (2.80€/m² para 3.44€/m²). Este aumento, que se tem vindo a sentir por todo o território português, afetou de igual forma o concelho de Vale de Cambra, o que aliado à elevada procura, e à pouca oferta, tem contribuído para que seja cada vez mais difícil fixar população, e em especial, atrair mão de obra especializada para as muitas empresas que se encontram sediadas no município.

Problemas e necessidades identificadas no âmbito do eixo “Habitação” e respetivos indicadores associados:

a) Dificuldade de acesso à habitação

- Elevada proporção de edifícios anteriores a 1960, com grande parte a necessitar de intervenções;
- Escasso número de habitações sociais, para os pedidos existentes;
- Valor €/m² elevado para os fogos que existem no mercado de arrendamento.

b) Dificuldade de integração em alojamento de pessoas em emergência social:

- Falta de resposta habitacional para grupos populacionais específicos (pessoas com deficiência e/ou incapacidade; etnias minoritárias);
- Falta de resposta habitacional de emergência para vítimas de violência doméstica.

c) Situações de habitação indigna:

- Número elevado de casos de insalubridade, insegurança e precariedade.

3.6. Coesão social

População imigrante

A comunidade imigrante que reside no município de Vale de Cambra tem experimentado um crescimento constante desde 2018, alcançando, em 2021, uma representação de 2,52% da população total. Entre os 460 indivíduos com estatuto legal de residente, 63,7% têm a sua origem no Brasil, enquanto 9,3% provêm da Ucrânia. É relevante destacar o saldo migratório positivo, que atinge 72 (INE, Indicadores demográficos, 2021) evidenciando a atratividade e a estabilidade que o concelho oferece aos residentes estrangeiros.

Igualdade de género

A disparidade nos ganhos entre os sexos em Vale de Cambra persiste como um desafio significativo, refletindo não apenas questões económicas, mas também destacando preocupações fundamentais sobre justiça e equidade social. De acordo com dados recentes, as

mulheres continuam a ter salários mais baixos em comparação aos homens, mesmo desempenhando funções semelhantes ou equivalentes. Essa disparidade salarial não só perpetua desigualdades económicas, mas também contribui para um ciclo de desvantagens, afetando negativamente o poder económico e a independência financeira das mulheres na comunidade.

Problemas e necessidades identificadas no âmbito do eixo “Coesão Social” e respetivos indicadores associados:

a) Dificuldade na receção e integração de outros grupos étnicos ou imigrantes:

- Escassez na oferta da habitação;
- Falta de resposta especializada;
- Falta de acompanhamento na receção de imigrantes;
- Falta de trabalho em rede para integração eficiente destas pessoas.

b) Disparidade salarial em função do género:

- Disparidade nos ganhos médios mensais.

4. EIXOS ESTRATÉGICOS PARA A INTERVENÇÃO SOCIAL

O Plano Estratégico de Intervenção Social de Vale de Cambra, tem em conta os contributos dos atores locais, que mediante uma abordagem participativa apontaram eixos estratégicos, bem como medidas e ações que, a curto, médio e longo prazo poderão contribuir para a resolução ou mitigação dos problemas identificados como prioritários de intervenção social no concelho.

É ainda importante realçar, que estes eixos estratégicos e as suas consequentes medidas, se encontram identificadas de acordo com o contexto local. Esta contextualização, permite que o plano apresente a coerência necessária, para que haja concertação da sua ação a nível local, regional ou nacional.

4.1. Eixo 1 - Trabalho em Rede

Todos os atores sociais locais que participaram nas sessões de discussão conjuntas, promovidas pela Câmara Municipal no âmbito da elaboração do diagnóstico e plano de desenvolvimento social, foram unânimes em identificar trabalho em rede como um eixo de intervenção prioritária. O objetivo passa por fomentar e dinamizar uma nova cultura de trabalho em rede entre as diferentes instituições concelhias, privilegiando a colaboração horizontal, multidisciplinar e multissetorial. Isto engloba a partilha de recursos, mas também parcerias estratégicas que assentem num modelo de liderança colaborativa.

Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none">✓ Câmara Municipal de Vale de Cambra;✓ Centros de Saúde;✓ CLAS / CPCJ / Rede Social;	<ul style="list-style-type: none">✓ Algumas instituições respondem socialmente de forma isolada e unilateral, apresentando métodos com pouco pensamento estratégico e colaborativo;

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Escolas / Associações de estudantes; ✓ Forças de segurança; ✓ IEFPP / Instituto da Segurança Social; ✓ IPSS. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entidades relativamente “fechadas” sobre os seus públicos; ✓ Trabalho em rede a necessitar de ser mais potenciado, sobretudo entre as entidades de diferentes setores.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior articulação entre os setores social, da saúde e empresarial; ✓ Promoção da coesão, da multidisciplinidade e da governação colaborativa e integrada. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de compromisso entre instituições; ✓ Falta de confiança; ✓ Receio do desacordo.

Planeamento estratégico

Objetivo principal: Dinamizar uma nova forma de trabalhar em rede.

Domínios	Objetivos	Medidas	Indicadores	Execução
Coesão da rede social	Dinamizar e aperfeiçoar os canais de comunicação	Estabelecer canais de comunicação adequados às necessidades da Rede Social	Avaliar a execução proposta e inventariar o número de canais criados	2024-2026
	Incentivar a partilha de experiências e de boas práticas	Execução de workshops periódicos da Rede Social	Nº de workshops realizados	2024
	Promover uma reflexão ativa e dinâmica relativamente aos temas problemáticos	Organização de CLAS temáticos	Nº de CLAS temáticos organizados	2024-2026
Planeamento da intervenção social	Implementar uma dinâmica de melhoria contínua no que respeita a intervenção	Desenvolver um sistema de avaliação e monitorização da intervenção	Assegurar a avaliação regular do planeamento da intervenção social	2024-2026
Trabalho em rede	Promover o espírito colaborativo e a intervenção articulada entre os parceiros	Criar um programa colaborativo que envolva os parceiros em respostas integradas	Executar o programa; Compreender o número de parceiros envolvidos por cada resposta	2024-2026

Palavras-Chave: Coesão; Colaboração; Integração; Planeamento; Trabalho em rede.

4.2. Eixo 2 – Saúde mental e comportamentos aditivos

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde mental é a base do bem-estar geral de um indivíduo, em que este é capaz de desenvolver um nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional com ausência de uma doença mental. Isto permite que este possa lidar com o stress do quotidiano, e participar de forma ativa e plena em comunidade.

Sendo então, a saúde mental um fator indissociável do bem-estar e da qualidade de vida da população, trata-se então de uma área de aposta prioritária, que necessita de um olhar atento e de uma intervenção eficiente, uma vez que os dados demonstram que as perturbações depressivas e de ansiedade bem como outros problemas relacionados com a saúde mental, se tornaram na principal causa de incapacidade, e uma das principais causas de morbilidade e morte prematura dos países desenvolvidos.

Em Portugal, os instrumentos ativos nesta matéria, incluem o Programa Nacional de Saúde Mental, e o plano de Ação para a Saúde Mental da OMS. Ambos estão concertados com as

linhas de ação estratégicas para a saúde mental e o bem-estar na Europa, cuja missão compreende as recomendações que promovam o acesso a cuidados de saúde de qualidade para todas aquelas que sofram de perturbações do foro mental. Outro objetivo específico visa a promoção da integração dos cuidados de saúde mental no sistema geral de saúde.

Apesar destas medidas, a crise económica e a instabilidade social que Portugal e o mundo atravessou e atravessa afetou gravemente a saúde mental da população. Atualmente, estima-se que 1 em cada 5 portugueses sofra, pelo menos, de uma doença mental, sendo assim, um dos países com maior prevalência de doença mental da Europa. Parte deste número, explica-se com a existência de uma elevada percentagem de pessoas que ainda não tem acesso a cuidados de saúde, e outra que ainda desvaloriza a doença mental. Relativamente à temática dos comportamentos aditivos, estes podem ou não estar relacionados com problemas do foro mental. Importa definir assim, que estes se tratam de fenómenos com características impulsivas que implicam diferentes atividades e/ou condutas. Incluem o abuso do álcool ou do tabaco, assim como o consumo de substâncias psicoativas, uso abusivo da internet, ou adição ao jogo. Por serem fenómenos complexos que envolvem a procura de prazer, acabar com este flagelo pode ser difícil, e originar consequências (físicas e psicológicas) para o indivíduo. De acordo com o V Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, elaborado pela Universidade Nova de Lisboa em 2022, verifica-se que a prevalência ao longo da vida, para o consumo de qualquer substância psicoativa ilícita, aumentou para 12,8% em 2022. As prevalências das outras dependências assinalam 75,8% no consumo de álcool ao longo da vida, 51% no consumo de tabaco, 55,6% no jogo de fortuna ou azar e 79,6% no uso da internet. Assim, e sabendo que as perturbações depressivas e os comportamentos aditivos provocam um elevado impacto social e económico e social, é fundamental planear e trabalhar de uma forma interventiva e preventiva para que seja possível mitigar estas problemáticas.

Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Vale de Cambra; ✓ CLAS / CPCJ / Rede Social; ✓ Centros de Saúde; ✓ Forças de segurança; ✓ IEFP / Instituto da Segurança Social; ✓ IPSS; ✓ Párcos e associações Locais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Comunidade pouco sensibilizada e informada para as perturbações do foro mental; ✓ Dificuldade de acesso de pessoas com doença mental a respostas adequadas às suas necessidades; ✓ Pouca aposta na promoção do exercício físico; ✓ Preconceitos existentes na comunidade em relação às patologias mentais e aos comportamentos aditivos.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Avaliar a possibilidade de criação de respostas sociais e ocupacionais de promoção de autonomia de pessoas com doença mental crónica, sem potencial de empregabilidade; ✓ Criação de projetos de promoção da socialização e da prática do exercício físico; ✓ Dinamizar as boas práticas e experiências de sucesso em Portugal de aproximação entre setor social e o da saúde; ✓ Formação e qualificação dos profissionais na área da saúde mental em diferentes contextos; ✓ Planos Nacionais e Comunitários; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desemprego de longa duração; ✓ Exaustão dos cuidadores formais e informais e sem a formação adequada; ✓ Fraca integração no mercado de trabalho de pessoas com doença mental; ✓ Início tardio do tratamento; ✓ Isolamento social; ✓ Menor investimento internacional na área dos comportamentos aditivos, face à priorização de outros problemas relacionados com os riscos globais; ✓ Poucos programas de prevenção; ✓ Sedentarismo.

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Previsão de financiamento para a área da saúde mental no âmbito do PRR; ✓ Regulamentação do jogo on-line, do álcool e do tabaco. 	
---	--

Planeamento estratégico

Objetivo principal: Efetuar um trabalho de prevenção e promoção da qualidade de vida da pessoa com perturbações de saúde mental.

Domínios	Objetivos	Medidas	Indicadores	Execução
Garantir uma intervenção territorial concertada	Definir e planear medidas e estratégias de intervenção concertadas na área da saúde mental	Constituição de uma rede de parceiros locais na área do apoio à pessoa com doença mental	Rede criada e em funcionamento N.º de parceiros envolvidos	2024-2026
		Implementar programa para a promoção de estilos de vida saudável (alimentação, exercício físico, etc.) em contexto laboral e social	Programa implementado e em concretização	2024-2026
Qualificar os cuidadores formais e informais	Melhorar a qualidade do apoio prestado à pessoa com perturbação do foro mental	Desenvolver ações de formação e de informação ao cuidador formal e informal	N.º de ações realizadas N.º de cuidadores participantes	2024-2025
		Implementação de uma equipa comunitária de suporte ao cuidador informal	Equipa formada e a operar N.º de cuidadores abrangidos	2025-2026
Sensibilizar para a doença mental e para os comportamentos aditivos	Reduzir o estigma e a discriminação da pessoa com doença mental	Criação e implementação de um Programa de Literacia em Saúde para toda a população	Programa executado e em concretização	2024-2025
		Realização de ações de sensibilização e de formação diversificadas na área da saúde mental para a comunidade em geral e para grupos específicos	N.º de ações de sensibilização realizadas N.º de participantes	2024
	Reduzir o impacto dos comportamentos aditivos na vida das pessoas e das famílias	Dinamizar ações de sensibilização preventivas acerca da temática dos comportamentos aditivos	N.º de ações dinamizadas N.º de participantes	2024-2025
Simplificar o acesso a serviços de saúde mental	Garantir o acesso a respostas adequadas às necessidades da população, ao nível da saúde mental	Potenciar a divulgação do serviço de atendimento permanente dos cuidados de saúde primários de Vale de Cambra	N.º de medidas implementadas N.º de utentes abrangidos	2024
		Reforçar a intervenção comunitária e a capacidade das respostas existentes.	N.º de medidas implementadas N.º de utentes abrangidos	2024-2026

Palavras-Chave: Comportamentos aditivos; Cuidados de saúde diferenciados; Cuidador informal; Intervenção; Saúde mental; Sensibilização.

4.3. Eixo 3 – Envelhecimento

Envelhecer é um processo natural que envolve alterações graduais e inevitáveis relacionadas à idade, que contempla três dimensões distintas, mas com características semelhantes: a dimensão biológica, na qual se verifica um aumento da vulnerabilidade à doença assim como

probabilidade de morte; a dimensão social, relacionada com as modificações dos papéis e expectativas sociais e a dimensão psicológica, associada à necessidade de autorregulação do indivíduo no que respeita à tomada de decisões e conseqüente adaptação.

A população cada vez mais envelhecida tende a aumentar, uma vez que a evolução da medicina tem contribuído para um aumento da esperança média de vida. Já no que respeita às tendências demográficas, estas continuam a apresentar baixas taxas de fecundidade. Paralelamente, prosseguem as alterações profundas relativamente à estrutura das famílias e suas relações, uma vez que são factos indelévels, que podem ajudar a compreender a alteração significativa das condições socioeconómicas em que as pessoas envelhecem.

Este aumento considerável do número de indivíduos que constituem a faixa etária da “população idosa”, constitui-se como um dos principais desafios para a sociedade contemporânea, e que força os municípios a encontrar recursos e as mais variadas soluções com objetivo de mitigar os problemas identificados (qualidade da prestação dos cuidados de saúde, isolamento, solidão, pobreza ou exclusão social). Complementarmente, e sabendo que as estratégias de envelhecimento ativo contribuem para uma integração plena em sociedade destes idosos, o foco destas soluções terá sempre de estar associada à segurança, à promoção da educação para a vida, e à prática de exercício físico.

Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Vale de Cambra; ✓ Centros de Saúde; ✓ CLAS / Rede Social; ✓ Forças de segurança; ✓ Instituto da Segurança Social; ✓ IPSS; ✓ Párocos e associações Locais; ✓ Projetos e programas locais de promoção do envelhecimento ativo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da probabilidade de solidão; ✓ Despovoamento; ✓ Isolamento social dos idosos; ✓ Maior vulnerabilidade; ✓ Necessidade de mais segurança e informação; ✓ Problemas habitacionais e incapacidades ao nível da saúde; ✓ Risco de exclusão social.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pessoas idosas que já participam ativamente na comunidade; ✓ Programas e Projetos já implementados com sucesso (boas práticas no território); ✓ Recursos e infraestruturas já existentes no município; ✓ Valorização do estatuto do cuidador informal. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento do número de indivíduos envelhecidos e em particular das situações de demência; ✓ Demora e rigidez das respostas institucionais; ✓ Deterioração das capacidades funcionais e biológicas do indivíduo; ✓ Falta de retaguarda familiar; ✓ Isolamento geográfico; ✓ Sustentabilidade das respostas sociais.

Planeamento estratégico

Objetivo principal: Valorizar e promover a integração plena do idoso em sociedade.

Domínios	Objetivos	Medidas	Indicadores	Execução
População idosa sem acesso às respostas sociais adequadas às	Adequar as respostas às necessidades das pessoas idosas e dos seus cuidadores	Criar um serviço ou resposta diferenciada para pessoas com demência (ex.: unidades de estimulação neurológica)	Programa criado e a funcionar	2026

suas necessidades		Investir no alargamento da capacidade das respostas sociais	Nº de vagas e/ ou Nº de respostas criadas	2026
	Diminuir a sobrecarga física e psicológica dos cuidadores informais	Investir na formação, apoio e capacitação dos cuidadores formais e informais	Nº de ações realizadas Nº de participantes	2024-2026
		Implementar um programa de voluntariado jovem	Programa implementado e em execução	2024-2026
	Identificar quais as dificuldades mais frequentes no acesso aos serviços de saúde e sociais	Elaborar um diagnóstico acerca das principais dificuldades da população idosa sobre o acesso aos serviços de saúde e sociais	Diagnóstico elaborado	2024-2026
Isolamento social	Identificar as pessoas idosas que se encontram em isolamento social e geográfico	Implementar o projeto "Radar Social"	Projeto implementado e em constante atualização N.º de entidades parceiras envolvidas	2024-2026
	Diminuir o número de pessoas em situação de risco ou de isolamento social e/ou geográfico	Dinamizar ações de formação orientadas para a formação ao longo da vida	Nº de ações realizadas	2024-2026
		(Re)ativação de redes sociais de vizinhança	Nº de idosos em rede social ativa	2024-2026
	Estimular e incentivar a ocupação de tempos livres da população idosa	Incentivar a participação em academias séniores ou em programas similares	Nº de idosos a frequentar academia sénior ou programas similares	2024-2026
		Estimular a participar ativa em comunidade	Nº de idosos a participar das associações locais	2024-2026
		Realização de atividades intergeracionais	N.º de atividades intergeracionais realizadas	2024-2026
Sensibilizar para o envelhecimento	Capacitar e informar as famílias para o tema do envelhecimento	Dinamizar ações de capacitação para as famílias para a temática do envelhecimento	Nº de ações dinamizadas Nº de famílias abrangidas	2024-2026

Palavras-Chave: Cuidador; Envelhecimento ativo; Estímulo; Isolamento; Resposta diferenciada.

4.4. Eixo 4 – Inclusão

De acordo com o Plano Europeu de Ação sobre a deficiência e incapacidade, o termo inclusão consiste em garantir a todos os cidadãos um estado coeso e solidário, assim como o acesso a serviços públicos de qualidade, igualdade de oportunidades e o direito a participarem de forma plena em sociedade e na economia. Para isso, existe a necessidade de que as barreiras existentes sejam removidas e eliminadas por forma a permitir que estes indivíduos possam ocupar esse lugar, como qualquer outro cidadão. A Estratégia Europeia para a Deficiência, demonstra que a União Europeia, avalia esta temática como uma das mais prioritárias. Em Portugal, também se trata de uma área prioritária, fruto do trabalho desenvolvido no âmbito da Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas com Deficiência (2021-2025). Esta estratégia, desenvolvida pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, assenta no

pressuposto de que a inclusão apresenta implicações transversais em todas as áreas das políticas públicas, pelo que os desafios serão de natureza complexa e diversificada.

A Estratégia Nacional da Inclusão das Pessoas com Deficiência encontra-se organizada em oito eixos estratégicos de intervenção:

1. Cidadania, Igualdade e Não Discriminação
2. Promoção de um Ambiente Inclusivo
3. Educação e Qualificação
4. Trabalho, Emprego e Formação Profissional
5. Promoção da Autonomia e Vida Independente
6. Medidas, Serviços e Apoios Sociais
7. Cultura, Desporto, Turismo e Lazer
8. Conhecimento, Investigação, Inovação e Desenvolvimento

Para o concelho de Vale de Cambra, o tema da inclusão, é igualmente uma preocupação, pelo que os atores sociais locais definiram um conjunto de medidas importantes que serão importantes para mitigar os problemas identificados.

Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Associações Locais; ✓ Câmara Municipal de Vale de Cambra; ✓ Centros de Saúde; ✓ CLAS / Rede Social; ✓ Escolas e associações de estudantes; ✓ Forças de segurança; ✓ Instituto da Segurança Social; ✓ IEFP; ✓ IPSS; ✓ Tecido empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ausência de respostas especializadas direcionadas para a multideficiência; ✓ Barreiras arquitetónicas existentes ao nível do edificado e da via pública; ✓ Dificuldades na inclusão escolar; ✓ Falta de meios e capacidade de resposta por parte das instituições; ✓ Listas de espera das respostas sociais muito longas; ✓ Pouca formação dos cuidadores informais.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Decreto de Lei n. º4/2019 (Quotas de emprego para pessoas com deficiência, ...); ✓ Possibilidade de investimento num novo paradigma de intervenção, centrado na comunidade; ✓ Possibilidade de partilha de casos de sucesso no que respeita à integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; ✓ Possibilidade de realizar formação em contexto de trabalho; ✓ Publicação do governo: “Emprego das pessoas com deficiência e/ou incapacidade – uma abordagem pela igualdade de oportunidades”. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estigma da comunidade maioritária, em relação a possibilidade de integração de pessoas com deficiência/incapacidade no mercado de trabalho; ✓ Fraca capacidade orçamental das instituições; ✓ Preconceito e discriminação.

Planeamento estratégico

Objetivo principal: Promover a integração em sociedade da pessoa com deficiência/incapacidade.

Domínios	Objetivos	Medidas	Indicadores	Execução
Escassez de respostas sociais adequadas	Capacitar e qualificar os cuidadores (formais ou informais)	Dinamizar ações de formação e capacitação dirigidas aos cuidadores informais	Nº de ações realizadas Nº de participantes	2024-2026
		Providenciar formação a profissionais que trabalhem na área da deficiência	Nº de formações realizadas Nº de participantes	2024-2026
	Garantir intervenção territorial concertada, alargando a oferta das respostas existentes	Refletir em medidas e/ou estratégias concertadas de intervenção (exemplo: Plano Municipal para a deficiência)	Plano Municipal elaborado e implementado	2024-2026
		Reforçar a capacidade das respostas de CACI e ponderar acerca da criação de outras respostas (exemplo: Lar Residencial, RAI e SAD)	Nº de novas vagas disponibilizadas	2024-2026
Estigma e discriminação	Promover ações que garantam a melhoria da acessibilidade e da mobilidade	Elaboração de um plano de intervenção no edificado público para eliminação das barreiras existentes	Plano elaborado e implementado	2024-2026
		Garantir transporte público adequado às necessidades da população com deficiência ou incapacidade (exemplo: transporte a pedido)	Evolução do nº de transportes adequados	2024-2026
	Sensibilizar para a diferença e promover uma reflexão sobre a inclusão	Dinamizar ações de sensibilização para a comunidade que promovam uma reflexão sobre inclusão	Nº de ações de sensibilização realizadas Nº de participantes	2024
Inserção socioprofissional	Assegurar a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho	Reforço da divulgação junto das empresas para as medidas de apoio do IEFP	Nº de ações de divulgação Nº de empresas	2024-2026
	Qualificar as pessoas com deficiência e/ou incapacidade para a sua integração no mercado de trabalho	Estabelecer parcerias que permitam criar oportunidades de formação em contexto de trabalho	Nº de parcerias Nº de formações Nº de participantes	2024-2026
		Reorientar as ações existentes para as necessidades do mercado de trabalho	Nº de ações realizadas Nº de participantes	2024

Palavras-Chave: Capacitação; Deficiência e incapacidade; Discriminação; Inclusão; Inserção profissional;

4.5. Eixo 5 – Infância e Juventude

Não existe um acordo a nível internacional quanto ao momento em que se inicia a infância, pelo que cabe aos diferentes Estados legislar sobre questões importantes como são o planeamento familiar ou o aborto. Contudo, parece existir uma definição jurídica internacionalmente acordada no que se refere à criança. De acordo com o artigo 1.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, esta é definida como: “todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”.

Portugal tem insistido na procura em orientar-se com as recomendações internacionais na área da infância, e para garantir isso, tem investido na educação, na inclusão e na proteção das crianças e jovens. O grande objetivo passa acima de tudo, por quebrar ciclos intergeracionais de pobreza e/ou desvantagem social, assegurando igualdade de oportunidades no futuro para todos. Quando se produz uma reflexão profunda acerca do desenvolvimento social local, no que respeita à temática da infância e juventude, há que obrigatoriamente pensar na educação, e na integração social. Ora, nestas matérias, cabe à autarquia e ao governo, planear, perspetivar e implementar as medidas necessárias que possam contribuir de forma positiva para que o objetivo acima descrito seja atingido.

Assim sendo, esta temática, foi identificada no diagnóstico social, como uma preocupação dos atores sociais. Pretende-se assim, garantir resposta social em creche para todas as crianças, assim como combater o absentismo e abandono escolar, garantindo a promoção das competências e qualificações da população jovem Valecambrense.

Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Vale de Cambra; ✓ Centros de Saúde; ✓ CLAS / CPCJ / Rede Social; ✓ Escolas e associações de estudantes; ✓ Forças de segurança; ✓ Instituto da Segurança Social; ✓ IPSS. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixo índice de dependência de jovens ✓ Listas de espera da resposta social “Creche” muito extensas; ✓ Respostas sociais adequadas à criança com deficiência são insuficientes; ✓ População jovem em decréscimo.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Associativismo juvenil; ✓ Associações de pais; ✓ Ensino profissional orientado para a formação de jovens; ✓ Programas e Projetos já implementados com sucesso (boas práticas no território); ✓ Recursos e infraestruturas já existentes no município. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Absentismo e/ ou abandono escolar; ✓ Condições socioeconómicas das famílias; ✓ Fraco acompanhamento familiar de vida escolar; ✓ Negligência parental;

Planeamento estratégico

Objetivo principal: Garantir o acesso das crianças às respostas sociais adequadas, assim como à educação e promover o sucesso escolar

Domínios	Objetivos	Medidas	Indicadores	Execução
Crianças sem acesso às respostas sociais adequadas às suas necessidades	Avalizar uma intervenção territorial concertada, alargando a oferta das respostas existentes	Investir no alargamento da capacidade da resposta social “Creche”;	Nº de novas vagas disponibilizadas	2024-2026
	Garantir a aplicabilidade de uma educação mais inclusiva	Criação e implementação de um projeto que garanta a inclusão em comunidade das crianças com necessidades educativas especiais	Projeto criado e em execução	2025-2026

Promover o sucesso escolar dos jovens	Garantir o acompanhamento personalizado dos jovens na construção do seu percurso académico e projeto de vida	Implementar projetos de mentoria (acompanhamento dos jovens nas experiências profissionais e de desenvolvimento pessoal e social)	Nº de projetos implementados Nº de jovens a participar	2024-2026
	Prevenir o absentismo escolar precoce	Desenvolver ações de forma participativa para acompanhamento de situações de absentismo e abandono	Nº de ações desenvolvidas Nº de participantes	2024-2026
Sensibilizar para as problemáticas ou comportamentos de risco dos jovens	Capacitar famílias e jovens em situação de risco	Desenvolver programas de competências parentais para jovens e famílias em situação de risco	Nº de programas desenvolvidos Nº de famílias abrangidas	2024-2026
	Sensibilizar os jovens do município e suas famílias, para as problemáticas existentes, assim como para os comportamentos de risco	Dinamizar ações de sensibilização acerca dos comportamentos de risco dos jovens	Nº de ações dinamizadas Nº de participantes	2024-2026

4.6. Eixo 6 – Habitação

O concelho de Vale de Cambra, no que respeita à habitação, e de acordo com o diagnóstico social, e a Estratégia Local de Habitação, apresenta três grandes constrangimentos: a dificuldade no acesso à habitação (social ou a custos controlados para arrendamento); a complexidade de colocar em alojamento, pessoas em emergência social; e a existência de um elevado número de casos identificados de indivíduos a viver em habitação indigna.

Neste contexto, e uma vez que a Estratégia Local de Habitação de Vale de Cambra, já orienta para as medidas concretas no que respeita à grande maioria dos constrangimentos aqui identificados, apenas dar-se-á conta de algumas que se consideram ser aquelas que devem ser priorizadas. Uma delas trata-se pois, da necessidade da gestão e conservação do parque habitacional do concelho.

Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Vale de Cambra; ✓ CLAS; ✓ Rede Social. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elevado valor do m² de terrenos ou habitações; ✓ Escasso número de habitações sociais; ✓ Mercado local de habitação incapaz de dar resposta às necessidades da procura.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Captação de investidores dispostos a investir no mercado habitacional; ✓ Estratégia Local de Habitação; ✓ Previsão de financiamento para a área da habitação no âmbito do PRR. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Degradação do parque habitacional; ✓ Especulação imobiliária.

Planeamento estratégico

Objetivo principal: Promover o acesso à habitação

Domínios	Objetivos	Medidas	Indicadores	Execução
Estratégia Local de Habitação	Acompanhamento da implementação da Estratégia Local de Habitação	Criar um gabinete de acompanhamento para a implementação da ELH	Gabinete criado e em desenvolvimento	2024
		Implementar um Observatório Local da Habitação	Observatório criado e em desenvolvimento	2024-2025
	Dinamizar políticas de apoio ao arrendamento	Refletir acerca da implementação de um programa de apoio ao arrendamento	Programa criado e implementado	2024-2026
	Garantir o acesso à informação acerca dos apoios e direitos relativos à habitação	Reforçar a divulgação dos apoios e direitos	Listar os mecanismos de divulgação executados e avaliar a sua concretização	2024
	Incentivar o acesso a habitação a preços controlados	Incentivar a dinamização do mercado de arrendamento a custos acessíveis	N.º de medidas implementadas para essa dinamização	2024-2026
Gestão e conservação do parque habitacional	Promover a reabilitação do parque habitacional degradado e a sua adaptação às necessidades específicas da população	Capacitar as associações de moradores para os apoios existentes	N.º de ações de capacitação realizadas	2024
		Flexibilizar e agilizar os processos relativos às candidaturas para obras de reabilitação	N.º de medidas implementadas para essa flexibilização	2024-2026
Respostas habitacionais emergentes	Garantir respostas habitacionais emergentes para grupos populacionais específicos	Desenvolver e implementar uma resposta habitacional de emergência para grupos específicos	Modelos desenvolvidos e em implementação	2024-2026

Palavras-Chave: Arrendamento; Edificado; Estratégia Local de Habitação; Investimento; Reabilitação.

4.7. Eixo 7 – Coesão Social

Neste eixo, procura-se discutir as medidas específicas de apoio aos grupos mais vulneráveis, os quais, devido às suas condições, encontram-se mais propensos a situações de discriminação e enfrentam maiores obstáculos para se integrarem socialmente. Assim sendo, esta temática, foi identificada no diagnóstico social, como uma preocupação dos atores sociais, e por essa razão as ações propostas não apenas visam atender às necessidades desses grupos específicos, mas também englobam iniciativas para conscientizar sobre os direitos humanos e acerca de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Análise SWOT

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Câmara Municipal de Vale de Cambra; ✓ CLAS; ✓ Rede Social; ✓ Políticas de integração e promoção da equidade: Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação; Planos Municipais para integração de migrantes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dificuldade na integração: escassez de habitação; ausência de programas educacionais interculturais; ✓ Falta de reconhecimento das qualificações da população migrante; ✓ Normas culturais limitantes; ✓ Possível resistência da comunidade maioritária; ✓ Potencial discriminação e preconceito.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Campanhas de Consciencialização e Sensibilização; ✓ Crescimento demográfico sustentável; ✓ Estratégia Local de Habitação; ✓ Flexibilização do acesso a cargos de liderança; ✓ Incentivos à equidade salarial; ✓ Maior disponibilidade de recursos humanos especializados; ✓ Parcerias empresariais inclusivas e equitativas; ✓ Promoção dos direitos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Acesso limitado e/ou condicionado a serviços essenciais; ✓ Desafios educativos; ✓ Dificuldade de implementação operacional das políticas de igualdade e integração; ✓ Falhas nos programas de integração; ✓ Resistência à mudança.

Planeamento estratégico

Objetivo principal: Promover a coesão social

Domínios	Objetivos	Medidas	Indicadores	Execução
Defesa dos direitos humanos	Assegurar a proteção adequada a grupos minoritários, evitando cenários de violação dos direitos fundamentais	Estabelecer a criação de um centro dedicado à proteção e apoio a grupos minoritários	Centro criado e em funcionamento	2024-2025
Integração das comunidades migrantes	Apoiar a integração dos migrantes aquando da sua chegada ao município	Desenvolver e implementar um programa de orientação e acolhimento de migrantes	Programa desenvolvido e implementado	2024-2025
	Reforçar a oferta de habitação	Promover a Estratégia Local de Habitação	Nº de ações de promoção	2024
Promoção da equidade social	Combater a exclusão social e as desigualdades no acesso às oportunidades	Criação e execução de um programa abrangente de capacitação e educação inclusiva	Programa desenvolvido e em execução	2024-2026
	Mitigar as disparidades existentes segundo o género, no ganho médio mensal	Definir metas e objetivos que permitam a criação de um plano eficaz que fomente a equidade salarial	Metas e objetivos definidos	2024
		Dinamizar ações de sensibilização para empregadores	Nº ações realizadas Nº de empresas participantes	2024-2026

Palavras-Chave: Comunidades migrantes; Equidade Social; Integração; Proteção.

5. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE VALE DE CAMBRA

O presente plano, advém de uma seleção conjunta e negociada de eixos prioritários, cujo objetivo fundamental consiste na promoção do desenvolvimento social local. Espera-se que este instrumento possa ser flexível, para que espelhe uma visão integrada e concertada acerca da intervenção social no concelho de Vale de Cambra. Assim, e de acordo com esta perspetiva, este documento servirá de enquadramento e orientação para todas as ações realizadas nesse mesmo âmbito, procurando inclusive vincular as iniciativas dos atores sociais locais, que se manifestem como relevantes. Desta forma, e através deste trabalho em rede, é possível adequar o plano à realidade concelhia, dotando-o de uma maior eficácia e eficiência, contribuindo para respostas sociais ajustadas de maior qualidade e evitando assim a sobreposição de iniciativas de intervenção no território.

Sendo um plano de base, o mesmo será sujeito a alterações e aos ajustamentos necessários contínua numa lógica de continua melhoria, onde os seus objetivos e eixos de intervenção prioritários, deverão potenciar a criação de novas propostas de ação que se mostrem como as mais acertadas tendo em conta o planeamento estratégico e as dinâmicas sociais e territoriais do município.

De forma a operacionalizar este documento, é fundamental a elaboração de planos de ação, que possam ser concertados entre os parceiros sociais, por cada eixo de intervenção, sempre em linha com as estratégias definidas, e assinalando as metas assim como os recursos e agentes necessários para a sua concretização.

Como já referido o reforço da intervenção em rede social constitui-se como fator essencial para a implementação do plano que se apresenta. O processo deve ser planeado, dinâmico, participado e responsável, e recomenda-se que siga as seguintes etapas:

- ✓ Definição de atividades e tarefas;
- ✓ Definição de calendário associado às atividades definidas;
- ✓ Criação dos grupos de trabalho;
- ✓ Definição dos recursos que são necessários mobilizar e dos métodos de atuar;
- ✓ Elaboração dos planos de ação;
- ✓ Criação de um sistema de informação partilhado, que permita reporte e partilha das ações realizadas;
- ✓ Implementação de um sistema de avaliação e monitorização.



5.1. Avaliação e monitorização

A avaliação e monitorização do presente plano, são parte integrante do processo de planeamento, cuja finalidade é a de garantir o acompanhamento das propostas apresentadas e efetuar eventuais ajustes, num curto espaço de tempo, acompanhando de forma contínua a evolução da realidade social local. Assim será igualmente possível compreender, questionar e medir o impacto resultante da implementação das ações.

O processo de avaliação deve ser endógeno e participativo, orientado pelo núcleo executivo do CLAS, e assumindo duas linhas de orientação fundamentais:

- a) Monitorizar o plano através da utilização de indicadores de dimensão operacional e estratégica;
- b) Autoavaliar internamente, e avaliar externamente o mesmo, através do uso de indicadores que permitam aferir se ocorreram ou não as mudanças esperadas, após a implementação do Plano de Desenvolvimento Social. No final do período de vigência (2023-2026), espera-se um relatório, que contemple os efeitos gerados pela intervenção proposta, onde serão abordados os resultados, assim como as taxas de implementação por cada eixo identificado.

Recomenda-se ainda que o CLAS adote uma estratégia que vise a integração plena dos parceiros sociais, norteando o processo através de uma abordagem multiescalar, utilizando para isso vários métodos e estratégias.

Finalmente, é necessário que o próprio plano de avaliação e monitorização, seja alvo de uma avaliação independente, uma vez que será necessário assegurar que o mesmo apresenta integridade, utilidade, reprodutividade, fiabilidade e a objetividade necessárias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso do presente plano, depende diretamente da atuação em rede dos parceiros sociais do município. Além disso, procura destacar as opções estratégicas disponíveis para a intervenção, que têm como objetivo a melhoria da qualidade das respostas sociais, assim como a promoção e dinamização da cidadania ativa, e participativa, permitindo a concretização das políticas públicas.

Para o efeito, pretende-se reforçar a participação colaborativa dos membros do CLAS na execução das medidas agora propostas. A intervenção das várias entidades parceiras, deverá ser sempre flexível e dinâmica, potenciada e encorajada, através de uma estratégia de cooperação conjunta e negociada.